



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ISAAC BESERRA DA SILVA

***OS ECOS DA DITADURA MILITAR NAS BIBLIOTECAS  
DA UFRPE: AS AUSÊNCIAS PERCEBIDAS***

RECIFE

2022

ISAAC BESERRA DA SILVA

***OS ECOS DA DITADURA MILITAR NAS BIBLIOTECAS DA UFRPE: AS  
AUSÊNCIAS PERCEBIDAS***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Rozélia Bezerra

DEHIST/UFRPE

Recife

2022



**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**FOLHA DE APROVAÇÃO DE TCC**

**ISAAC BESERRA DA SILVA**

**OS ECOS DA DITADURA MILITAR NAS BIBLIOTECAS DA  
UFRPE: AS AUSÊNCIAS PERCEBIDAS**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito para conclusão da disciplina de TCC II (Cód. 04803), pela seguinte banca examinadora:

Orientador: \_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Rozélia Bezerra – DEHIST/UFRPE.

Membro: \_\_\_\_\_  
Profa. M.<sup>a</sup> Pamela Maria de Carvalho

Membro: \_\_\_\_\_  
Prof. Silvio Ricardo Gouveia Cadena.

Recife, 02 de junho de 2022.

*Não podemos voltar no tempo e apagar o erro de 50 anos atrás. Mas podemos evitar que ele se repita. A defesa do regime democrático deve estar em primeiro lugar na lista das prioridades nacionais*

## **Apresentação Geral**

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História foi desenvolvido como Artigo, devido à possibilidade de escolha desse formato para a apresentação do trabalho de conclusão (TCC).

Escolhemos o periódico HISTÓRIA EM REVISTA do núcleo de documentação histórica da UFPel, por ser um periódico de história e ser voltada desde de seu início como “espaço de discussão e atualização de temas históricos,” na linha de investigação sobre o cotidiano, movimentos sociais... nas mais diversas formas de olhar o real tanto da história recente e contemporânea.

A escrita foi individual, contudo, a orientadora teve uma profunda força de atuação nas revisões e direcionamento ao aprofundamento do tema e suas nuances. Some-se o fato legal que as Normas do TCC de História, em seu Artigo 22 estabelece que “Na apresentação da modalidade artigo científico, discente e orientador escrevam uma proposta segundo uma Revista qualificada pela CAPES, anexando as normas do periódico escolhido”.

A escolha do escrito se mostrou a fase mais incerta, primeiro queríamos fazer um artigo comparativo que iria revelar que a universidade católica de Pernambuco tem mais volumes de livros que foram censurados em suas bibliotecas que as unidades federais. Mas daí não vimos o valor prático da pesquisa. Quando a professora Rozélia leu e me apresentou a dissertação de mestrado de KELLY PEREIRA DE LIMA (2016) da UFF<sup>1</sup>, que demonstrava de um modo qualitativo e quantitativo que as bibliotecas universitárias da UFF, ainda sofriam os “efeitos de 64”, e perguntava “onde estão os livros censurados? Isso me despertou a curiosidade de sentir os “efeitos de 64” aqui na UFRPE<sup>2</sup>, e levando em consideração o modo operante de pesquisa fizemos um levantamento orientado e que iria demonstrar **OS ECOS DA DITADURA MILITAR NAS BIBLIOTECAS DA UFRPE: AS AUSÊNCIAS PERCEBIDAS**

Notadamente vimos um campo fértil de pesquisa e grandes avanços no tema, sendo público e notório a repressão e a censura no período da ditadura civil-militar brasileiro (1964-85), fizemos nosso recorte a duas escritoras que foram sistematicamente censuradas e execradas das coleções e domínio público da época. Na nossa pesquisa

---

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENCE

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

queríamos mensurar quantitativamente em todas as bibliotecas dos vários campi da UFRPE as rupturas e permanências apresentadas aos trabalhos dessas autoras.

Queríamos convidar a participar da leitura.

Que a produção acadêmica, amplie a análise e transforme-a em cidadania ativa. À leitura. À reflexão. À ação.

# **OS ECOS DA DITADURA MILITAR NAS BIBLIOTECAS DA UFRPE: AS AUSÊNCIAS PERCEBIDAS**

**Isaac Beserra da Silva**

**Resumo:** Este trabalho analisará as permanências das censuras impostas durante a ditadura civil-militar. Nesse contexto, duas escritoras, diletas pelo público e pelos pares, tiveram suas obras confiscadas e queimadas. A saber, Cassandra Rios e Adelaide Carraro. A arte destas autoras foram rotuladas e sumariamente reprimidas. Para um aluno as Bibliotecas Universitárias são como um baluarte de conhecimento e formadora de saberes, ao examinarmos a pluralidade discursivas e o posicionamento da biblioteca em seu escopo de seleção e o controle dos livros pelos detentores do poder analisaremos a influência e procuremos conhecer o impacto sobre as obras e responder a questões como: será que os ecos da ditadura civil-militar estão nas estantes das bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco? quais as ausências percebidas?

**Palavras chaves:** Censura, Ecos, Biblioteca Universitárias, Ausências.

**Abstract:**

## **THE ECHOES OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN THE LIBRARIES OF UFRPE: THE PERCEIVED ABSENCES**

This work will analyze the permanence of the censorship imposed during the civil-military dictatorship. In this context, two writers, loved by the public and their peers, had their works confiscated and burned. Namely, Cassandra Rios and Adelaide Carraro. The art of these authors was labeled and summarily repressed. For a student, University Libraries are like a bulwark of knowledge and a trainer of knowledge, when we examine the discursive plurality and the positioning of the library in its selection scope and the control of books by those in power, we will analyze the influence and seek to know the impact on the works and answer questions such as: are the echoes of the civil-military dictatorship on the shelves of the libraries of the Universidade Federal Rural de Pernambuco? what are the perceived absences?

**Keywords:** Censorship, Echoes, University Library, Absences.

### *A moral e os bons costumes*

A censura e a repressão moldam as nossas vidas desde os mais remotos tempos, sendo a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) um período fascinante para o estudo contemporâneo do uso das instituições para repressão. Quando pensamos na prática da censura durante o regime militar, talvez nos venha à cabeça a censura política, contudo nos deparamos com um campo fértil de pesquisa, dos escritores populares censurados na ditadura. Livros que tiveram tiragem excepcional, como por exemplo o título “Prostituta a primeira dama” de Adelaide Carrara(1975), em dois dias chegou a vender dez mil cópias, chegando mesmo a afirmar que não tinha ideia de quantos livros tinha vendido, mas já ultrapassa o auge de dois milhões (NADER, 1977, p. 6-8).

O cerne da questão vai além das subjetividades de gênero das obras e a emergência que a sociedade carecia aos movimentos feministas, cabe ressaltar o contexto motivacional da perseguição, a saber, a moral<sup>3</sup> e os bons costumes.

“O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição [...] dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrária à moral e aos bons costumes; considerando que a norma visa proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade [...] considerando que se tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira;” (Diário do Congresso Nacional- seção I- 7 de maio de 1970, p. 1879-80.)

Na prática, a censura preventiva começou com o AI-5, que concedia ao Presidente da República o poder de impor, se julgasse necessário para a defesa da "revolução". Em 1970, uma portaria formalizou essa prática dando-lhe um caráter mais consolidado e enfatizando a censura de publicações consideradas "subversivas" ou "obscenas".

A DL 1077/70 veio com o apoio das forças militares, da igreja e dos conservadores que não estavam contentes com a exposição que a pornografia exibia nas bancas de jornais. Com a maior parte da população apoiando ou ignorando, foi legitimado a censura e daí desenvolveu-se toda uma ordenação de vigilância sobre editoras, livrarias, importadoras e distribuidoras, até mesmo as bancas de jornais. A DL 1077/70 em seus primeiros artigos diz a que veio:

Artigo 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação

---

<sup>3</sup> A moral é um conjunto de regras que orientam ou determinam comportamentos dos indivíduos na sociedade. São regras traçadas a partir de juízo de valor. A origem da palavra moral vem do latim *mos/mores*, significa costume e em geral as palavras: costumes, normas e lei se entrecruzam (Pereira,1998; pag.20)

Artigo 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior

E logo após o mesmo decreto anuncia as punições

Artigo 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Artigo. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal.

Contudo essa censura previa não foi de todo funcional, pois vários livros com temas indesejável ao regime foram produzidos e vendidos largamente em todo território nacional.

As normas definidas pelo governo federal impedia que as publicação circulasse pelos meios normais. A censura, que ficava subordinada a verificação previa pelos delegados encarregado pela análise e Diário Oficial da união foi o meio que evidenciava, tendo em vista que os despachos do ministro da justiça, permitindo a impressões, foram publicados nesse mesmo periódico. Houve realmente uma tentativa de organizar e determinar o que era ativamente uma publicação que merecia a censura previa e suas competências jurídicas.

Os militares tinham um discursos de preservação da família e dos bons costumes, a ameaça a família puritana e para justificar desenvolveu uma competência própria para reprimir os perigos a sociedade, como as drogas, o amor livre e tudo que despertasse a atenção para mudança no cerne.

Para a Divisão de censura Diversões Públicas (DCDP) e o Departamento de Polícia federal, os critérios que poderiam ferir os princípios do “povo brasileiro”, em sua moral e bons costumes eram cinco:

1. Ofensa ao decoro público;
2. Divulgação ou indução aos maus costumes;

3. Sugestão, ainda que velada, de uso de entorpecentes;
4. Fator capaz de gerar angústia, por retrata a prática de ferocidade;
5. Sugestivo a prática de crime. (FAGUNDES, 1975. p.147-149)

Os descritos acima objetivava preservar o padrão da moral vigente contra a dissolução da família e a tradição. Os elementos e a conjuntura estudados proporcionam um entendimento histórico, compreendendo a ampla e mais profunda realidade, até da sociedade brasileira atual, sendo essa uma vertente para a construção de um processo de percepção e superação dos conceitos sólidos contemporâneos.

### *As mulheres em foco*

Uma frase da escritora Virginia Woolf que diz “As mulheres, durante séculos, serviram de espelho aos homens por possuírem o poder mágico e delicioso de refletirem uma imagem do homem duas vezes maior que o natural.” Sintetiza a ideia que a história da oposição a repressão imposta durante o regime civil-militar(1964-85) não reflete e dá crédito a mulheres que ousaram engrossar as fileiras dos que lutaram pela redemocratização do país. Como se as relações de gêneros fosse também excluídas, apagadas das memórias e relegadas a um plano menor, história dos esquecidos, irrelevantes, que só serviria de escada para o gênero homem, que desqualifica para que sua própria imagem não seja ofuscada.

Uma análise mais contundente, deve implicar em situar mulheres escritoras que tratam de temas espinhosos dentro de uma sociedade que buscavam uma preservação de valores culturais e sociais que rivalizava e provocava rupturas nos valores tradicionais defendidos. O contexto histórico não era favorável a elas, por poderem falar nas suas obras o que queriam a todo custo encobrir.

No nosso foco das permanências das censuras em especial para duas escritoras que foram censuradas e reprimidas na época da ditadura brasileira. Cassandra Rios<sup>4</sup> e Adelaide Carraro que incomodaram os militares por várias razões, levando os censores a apreender e incinerar muitas de suas obras e proibir a comercialização e a permanências dos livros nas bibliotecas públicas de todo o país. Por serem mulheres escritoras, que criavam textos sobre sexualidade, sem o protagonismo masculino, que “nem precisa de um homem para sentir prazer” (TRACERA, 2019) foram brutalmente censuradas.

---

<sup>4</sup> Pseudônimo de Odete Rios.

Deixando bem claro que o problema não era escrever e ler sobre sexo, era a mulher como agente principal e de tão bem aceitação pelo público.

Valores como a família patriarcal, a sexualidade e a moralidade eram desmascarados pelas autoras com persuasão, despertando uma curiosidade de um público feminino que vivenciava uma experiência nova, com abordagem sofisticada com um novo enfoque, que seduzia em especial as mulheres, impulsionada pela onda de feminismo das décadas 1960-70 e avidas por uma literatura que as representasse.

“Se o homem escreve, ele é sábio, experiente. Se a mulher escreve, é ninfomaníaca, tarada”<sup>5</sup>. Essa frase sintetiza como era e ainda são encarradas as mulheres de personalidade e que desafiavam o sistema. As obras dessas renomadas escritoras foram amplamente editadas e distribuídas para todo o país.

Adelaide Carraro com mais de quarentas edições e bem mais de dois milhões de exemplares vendidos. Explorando tabus da nossa sociedade patriarcal, com um viés realista da política, cotidiano e da economia do país, foram por vezes criticada por posturas liberais e esquerdista, sua literatura era consumida maciçamente através da “compra pelo reembolso postal.” (VIERA, 2019). Também foi “a primeira proibição de livro pornográfico, no período estudado, [...] proibiu através da portaria 215-B de 11/10/65, a distribuição e a venda do livro ‘Falência das Elites’, de autoria de Adelaide Carraro, editado pela Livraria Exposição do Livro.” (OTERO, 2003 p.8)

A escritora fugia e encarrava a sociedade, quando valorizava o casamento, mas condenava como símbolo de uma prisão para os sonhos e liberdade para a mulher. Fazia as mulheres pensar que a virgindade era algo de valor que ia além da subjetividade do hímen e pregava sem receio a equiparidade de gênero em vários conceitos como direito ao corpo e sexualidade.

Cassandra Rios teve dezoitos de seus livros vetados sumariamente pelos censores sendo a justificativa mais usual “exposição de conteúdo indecoroso e pervertido” (VIERA, 2019), e em 1977 todos os livros de Rios haviam sido censurados. Contudo foi a primeira escritora brasileira a vender um milhão de exemplares, em 1970, se consagrando como escritora popular de vendagem, superando escritores populares como Jorge Amado e Érico Veríssimo.

---

<sup>5</sup> Frase dita pela sobrinha de Cassandra Rios, em seu funeral, parafraseando um dito da escritora.

Desde cedo empreendeu nas escritas, com dezesseis anos de idade com uma abordagem sincera e explícita de temas polêmicos, sendo rotulados como “eróticos e homossexuais”. No parecer da SCDP número 1711 acerca do livro Copacabana Posto 6: a madrasta foi feito a seguinte análise:

O livro da senhora Cassandra Rios é um romance sobre uma jovem lésbica, suas conquistas e seu ambiente familiar. Suas atitudes são referendadas como a causa de seu desajuste. Mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente principalmente pela conquista lésbica da heroína junto à madrasta e o duplo suicídio final. À página 200, 201, 202 a autora tenta com injustificadas citações Bíblicas subverter conceitos morais em uma infeliz subliterate para justificar o tema a que se propôs. O poder econômico é, também um fatal coator, segundo ela, das anomalias a que se compraz em relatar. Enquadramos, pois, o compêndio em o Dec. Lei 1077 de 1970. VETADO. (SCDP, 1975)

Apesar da grande variedade de temas, é possível identificar um fio condutor, um eixo central que percorre todo o seu trabalho, que é a “a descrição da homossexualidade em cenários urbanos” (SANTOS, 2003, p. 18). Grande parte da obra literária de Cassandra Rios não pode ser readquirida, mesmo em sebos, dificultando não apenas sua divulgação nos tempos modernos, mas também o acesso de um público jovem.

Segundo Dionísio da Silva (1989) no livro bastidores da censura, cerca de 100 livros classificados como eróticos-pornográficos constam, 18 de autoria de Cassandra Rios; 13, de Adelaide Carraro;

Queremos demonstrar a ocorrência da permanência da censura a obra das escritoras em especial no âmbito das bibliotecas sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, bem como o efeito da censura nesse lugar de memória e sua capacidade de recuperação.

### ***Bibliotecas e a censura***

A biblioteca como instituição de caráter social deve ser reconhecida como uma área de relevância de organização, preservação e acesso ao conhecimentos. A importância das bibliotecas são tão consideráveis e fomentadores de conhecimento que sua permanências são indelével ao tempo e a cultura. Promovendo a preservação da memórias comuns e subjetivas a todas as civilizações estudadas, controlando, organizando e distribuído saberes e promovendo regates culturais e artísticos a sociedade.

O acesso aos conteúdos deve ser uma busca coletiva e de livre acesso, sabendo que por trás de cada volume disposto foram levado em conta critérios de seleção e viabilidade e em períodos de exceção a probidade é posto impendente. A ética

informativa deve ser baliza para aquisição de coleções e seus desbaste, ficando a critério das demandas usuais, garantindo que o patrimônio tenha consonância, “razões objetivas predeterminadas e não segundo idiosincrasias ou preferências pessoais” (VERGUEIRO, 1997, p. 19). De sorte que agindo as forças políticas-administrativas essa moral se relativiza proporcionado pela “falta de uma política definida para o desenvolvimento do acervo é terreno fértil para o exercício da censura e da autocensura, pois nada existirá para impedir a atividade de censores externos e internos” (VERGUEIRO, 1997, p. 25). Uma biblioteca detentora de um acervo plural representa uma maior abertura para um desenvolvimento de um estado de direito e igualitário de acesso ao saberes, comprometidos com a formação comum da sociedade.

“As bibliotecas têm sido um dos lugares onde os cidadãos podem ser expostos a uma variedade de pontos de vista, incluindo pontos de vista impopulares ou minoritários. Em nossa sociedade democrática, essa foi considerada como um bem público” (LEWIS, 2008, p.1)

A subjetividade do que é saber, torna carente a reflexão do conceito de neutralidade, sua validação, em especial para uma biblioteca universitária, é digna de uma ampla discussão com a sociedade, levando em conta todos os seus setores. Uma oferta de “discursos” contraditórios facilitaria um pensar, um direito a reflexão de uma crítica, no caso uma intensão de enriquecimento dos aspectos sociológicos, psicológicos e cognitivos. Para Lima (2016 p.43) “Dizendo de outra maneira, refletir e agir com responsabilidade ética pode ser um caminho para [...] romperem com a visão conservadora e debaterem as questões éticas da democratização da informação.”

A política de formação de coleção bibliográfica deve beneficiar aspecto de relações públicas, políticas, instrumento de resistência ou gerenciamento de conflitos e pressões sociais, étnicos da comunidade que serve e os aspectos históricos que interferem na vida social dos indivíduos e grupos. (VERGUEIRO, 1997, p. 77) devendo cada elemento social ter seu lugar de fala garantido, relevando a expectativa dos outros “através de uma seleção cuidadosamente atenta aos perfis dos usuários” (FONSECA, 2007, p. 1) contudo, a vida útil deve ser uma variante a ser consultada, que pode variar de uma de conteúdo a lugar, “sempre deverá, portanto, existir seleção, até nas maiores bibliotecas. Nem todos os livros têm valor permanente, e muitos livros nem mesmo têm valor. Somente grandes livros são clássicos, imortais. Livros, como as pessoas, têm ‘direito’ a morrer” (LIMA, p.137)

Contudo, outras questões devem ser levadas em consideração, o regime de exceção imposto pela ditadura civil-militar (1964-85) demandou uma censura por violência e manipulação discursiva, contra todos que jugavam ser prejudicial a preservação do poder, essa censura negava o direito de concepção diferente e formadores de opinião, tentado uniformizar o pensar. Nas bibliotecas a coação foi física e psicológica como aponta Evans (1979 apud VERGUEIRO, 1987, p. 24), pela esfera governamental; por pressão individual ou de grupo; e pela autocensura, sendo “muito mais fácil lidar com os dois primeiros tipos de censura do que com o terceiro, pois naqueles existem apenas duas alternativas: ou se luta contra a censura ou se compactua com ela”.

Segundo Otero(2003) ministério da Educação valendo-se dos dispositivos novos da lei (AI-1) conseguiu dismantelar programas e perseguir, bem como, expurgar os servidores da administração anterior que se tornaram inapropriados para o serviço público. Inquéritos foram instalados e comissões abertas para investigar universidades desde abril de 1964 “para erradicar a penetração de agentes comunistas que se valiam de instituições de ensino para conquistar mentes” (ALVES, 1985 apud OTERO, 2003, p. 181). O INL<sup>6</sup> ficou encarregado de também de fiscalizar os livros, até 1970 os livros literários, a parti de 1971 os livros técnicos didáticos. (OTERO, 2003, p. 188). Tendo as bibliotecas como alvo, o INL requereu dados anuais sobre o acervo, novas aquisições, ampliação, criação de departamento especializado, horário de funcionamento etc., em contrapartida as bibliotecas cadastradas receberam anualmente de 250 a 450 obras (OTERO, 2003, p. 191-192).

Existindo então dois tipos distintos de fiscalização o Ministério da justiça que utilizava de “violência física e a violência simbólica (legislação censória) para controlar e censurar livros, o mecanismo utilizado pelo INL foi o Programa de Coedições” para livros didáticos e livros literários. De um lado, um ministério que mutilava a área cultural de livros e, do outro, um que fomentava de forma expressiva e apoiava a indústria editorial (OTERO, 2003, p. 20). Podendo assim controlar e coibir publicações indesejadas e incentivar em viés. Tanto controle teve efeito na produção cultural brasileira, tendo o processo criativo reprimido através das apreensões de livro alimentando o medo e a autocensura.

---

<sup>6</sup> Instituto Nacional do Livro

Sabemos que a censura no regime ditatorial pode ter causado malefício ao acervo públicos das bibliotecas universitárias, havendo várias listas de livros retirados e queimados. Listas de livros foram encaminhados a chefias das bibliotecas para a retiradas dos volumes. Contudo, esses mesmos livros fizeram parte de bibliotecas particulares, foram publicado diversas vezes após o regime ditatorial podendo sim, já ter incorporado ao acervo público das universidades.

### ***Bibliotecas Universitárias***

Analisaremos, a parti de agora, com um viés quantitativo as permanências dos efeitos da censura imposta no período de 1964-85 nas coleções da biblioteca no contemporâneo. Verificaremos em cada biblioteca setorial que faz parte integrada do sistema de bibliotecas on-line, se conseguiremos identificar por nome do autor lançados no sistema integrado.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, tem em suas unidades vários núcleos bibliotecários, que conforme o passar dos anos foram ampliando e modernizando para bem atender as demandas da comunidade acadêmica. Desde de 2005 foi inicializado o processo de informatização com um sistema integrado de bibliotecas constituído por cerca de 230000 volumes, um levantamento por Unidade Acadêmica e segundo o campus universitário para verificar o número dos títulos e número de exemplares da área de Linguística, Letras e Artes Letras. O resultado está no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Resultado das pesquisadas

BIBLIOTECAS SEGUNDO AS UNIDADES ACADÊMICAS E OS CAMPI DA UFRPE	Livros da Área de Linguística, Letras e Artes	
	Número de Títulos	Número de Exemplares

<b>Bibliotecas Central e Setorial (BSMCA) campus Dois Irmãos</b>	2.144	6.705
<b>Biblioteca da UAST campus Serra Talhada</b>	412	1.937
<b>Biblioteca da UACSA campus Cabo de Santo Agostinho.</b>	96	266
<b>Biblioteca da UAG campus Garanhuns</b>	877	2.798
<b>Biblioteca do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas.</b>	361	636
<b>Biblioteca da UABJ Campus Belo Jardim</b>	1	4

Fonte: Tabela elaborada a partir do Sítio eletrônico da BC/UFRPE. <http://www.sib.ufrpe.br/acervo>

Estes levantamento bibliográfico servira de base para a pesquisa, iremos fazer uma busca lançando os nomes das autoras direto no banco de dados das respectivas bibliotecas

A partir desses números, elaboraram-se as seguintes perguntas: Esses exemplares contemplam os livros censurados pela ditadura militar brasileira no período de 1964-1985? Ou será que os rastros da censura imposta pela ditadura militar ainda perduram nas Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco?

Para responder a essas questões, fez-se uma pesquisa no acervo das Bibliotecas dos diferentes campi universitários, segundo as Unidades Acadêmicas da UFRPE. O critério para localizar as obras foi o mesmo usado por Kelly Lima (2016) inserindo o nome da autora censurada. Desse modo, percebeu-se que, dos 3891 títulos e 12346 exemplares disponíveis na da Área de Linguística, Letras e Artes nas bibliotecas dos campi UFRPE.

**Quadro 2:** Livros escritos por mulheres e censurados pela ditadura militar nas Bibliotecas da UFRPE, segundo as Unidades Acadêmicas e os campi e autoras. Recife, 2021.

BIBLIOTECAS SEGUNDO AS UNIDADES ACADÊMICAS E OS CAMPI DA UFRPE	Livros Censurados pela Ditadura Militar	
	Adelaide Carraro	Cassandra Rios
<b>Bibliotecas Central e Setorial campus Dois Irmãos</b>	0	0

<b>Biblioteca da UAST campus Serra Talhada</b>	0	0
<b>Biblioteca da UACSA campus Cabo de Santo Agostinho.</b>	0	0
<b>Biblioteca da UAG campus Garanhuns</b>	0	0
<b>Biblioteca do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas.</b>	0	0
<b>Biblioteca da UABJ Campus Belo Jardim</b>	0	0

Vemos consistentemente a permanências na prática da censura, com o objetivo primário de preservação do poder, a partir da DL1077 de 1970 o estado ficou mais resguardado e diminuiu consideravelmente o número de livros censurados por subversão política e aumentou para os ofensivos “a moral e a família” brasileira. Apesar dos esforços para tirar de circulação os livros dito subversivos, não foram alcançados no caso de Cassandra Rios e Adelaide Carrara. Os livros dessas autoras tiveram tiragem e repercussão incríveis, não justificando suas ausências tão contundente nas bibliotecas dos campi.

Observamos também que os exemplares que constam no sistema, três em algumas bibliotecas,

The screenshot shows a search interface for 'Adelaide Carraro'. The search results are as follows:

Refinar sua busca	Resultados: 3	Costa	Pesquisa Target GEDWeb
<p>Unidade de Informação Biblioteca Setorial Manuel Correia de Andrade(3)</p> <p>Tipo de obra Livros(3)</p> <p>Data de publicação 2001(3)</p> <p>Somente com</p> <p>Autores</p> <p>Assuntos</p>	<p>1. </p> <p>Estudante III : por um Brasil sem racismo. O - 12. ed. / 2001 - ( Livros ) CARRARO, Adelaide. O estudante III: por um Brasil sem racismo. 12. ed. São Paulo: Global, 2001. 80 p. ISBN 852802570. Número de chamada: <b>8869.3 C313e 12. ed. (BSMCA)</b></p> <p>Exemplares   Referência   Marc   Reserva</p> <p>Acervo: 32147</p>		
	<p>2. </p> <p>Estudante II : mamãe querida. O - 20.ed. / 2001 - ( Livros ) CARRARO, Adelaide. O estudante II: mamãe querida. 20.ed. São Paulo: Global, 2001. 127p. ISBN 8528002007 (broch.). Número de chamada: <b>808.899282 C313e 20.ed. (BSMCA)</b></p> <p>Exemplares   Referência   Marc   Reserva</p> <p>Acervo: 31767</p>		
	<p>3. </p> <p>Estudante. O - 47.ed. / 2001 - ( Livros ) CARRARO, Adelaide. O estudante. 47.ed. São Paulo: Global, 2001. 127p. ISBN 8528002414 (broch.). Número de chamada: <b>808.899282 C313e 47.ed. (BC)</b></p> <p>Exemplares   Referência   Marc   Reserva</p> <p>Acervo: 30374</p>		

At the bottom of the page, there are logos for 'Meu VIGORRINI' and 'ICAP'.

Não consta nas listas de livros vetados de Adelaide Carraro, a saber:

1. Carniça;
2. O castrado;
3. O Comitê;
4. De prostituta a primeira dama;
5. Escuridão;
6. Falência das elites;
7. Os padres também amam;
8. Podridão;
9. Sexo em troca de fama;
10. Submundo da sociedade;
11. A verdadeira história de um assassino;
12. Mulher livre;
13. Os amantes.

Dito isso, não consta em nossos campis nem uma obra das autoras em questão que tenha sido de fato vetada pela ditadura, as permanências se acentuam mais nesse quesito. Como já foi dito, os livros de Cassandra Rios são escassos até em sebos, contudo não impossível de aquisição. Tanto que em uma busca rápida achei vários sites com uma boa coleção.

The screenshot shows the Estante Virtual website interface. At the top, there is a search bar with the text "Que livro você procura?". Below the search bar, there are navigation links: "Ver ofertas para minha região", "Estantes", "Sebos e livreiros", "Livros recomendados", "Livros mais vendidos", "Livros por idioma", "Dicas de livros", and "Ajuda". The main content area displays "Livros de Cassandra rios" and "Confira os 64 livros encontrados". On the left, there is a "Refinar resultado" sidebar with filters for "Autor ou título", "Tipo do livro" (Novos 40, Seminovos/usados 190), "Frete" (Frete grátis), and "Estantes". The main results area shows two book listings: "O Bruxo Espanhol" by Cassandra Rios, priced at R\$ 45,00, and "Muros Altos" by Cassandra Rios, priced at R\$ 40,00. A "PERTO DE VOCÊ" banner is visible above the results.

7

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/busca?q=cassandra%20rios> acesso :20/05/2022

Os livros de Adelaide Carraro em uma busca na internet mostrou-se produtiva, com resultados surpreendentes:

The screenshot shows the Estante Virtual website interface. At the top, there is a search bar with the text "Que livro você procura?" and a search icon. To the right of the search bar are links for "Olá MINHA CONTA" and "MINHAS LISTAS". Below the search bar, there is a navigation menu with options like "Ver ofertas para minha região", "Estantes", "Sebos e livreiros", "Livros recomendados", "Livros mais vendidos", "Livros por idioma", "Dicas de livros", and "Ajuda". The main content area displays "Livros de Adelaide carraro" and "Confira os 279 livros encontrados". On the left, there is a "Refinar resultado" sidebar with filters for "Autor ou título", "Tipo do livro" (Novos (205), Seminovos/usados (1.650)), "Frete" (Frete grátis), and "Estantes". The main list shows two books: "O Estudante" by Adelaide Carraro, priced from R\$ 6,00, and "Meu Professor, Meu Herói" by Adelaide Carraro, priced from R\$ 5,00. A "PERTO DE VOCÊ" toggle is visible at the top of the results area.

8

Sendo facilmente encontrados e a preços módicos, não justificando o desaparecimento das nossas bibliotecas dos campis. Então de fato perdura os ecos da censura, ainda estamos pagando o preço desse desacerto, trinta e sete anos se passaram, veio a redemocratização, a constituição cidadã mas alguma permanências são perceptivas, inexplicável e inaceitável. Segundo Reimão (2011), um dos legados deixados pela ditadura é a percepção de que os valores democráticos não são imprescindíveis. “Depois que a prática da censura abre espaço para a mentalidade autoritária, é difícil desmontá-la”,

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/adelaide-carraro>. Acesso:20/05/2022.

### ***Observações finais***

Cobertos pelo manto da moral e dos bons costumes a ditadura civil-militar brasileira, reprimiu e vetou sumariamente muitas manifestações culturais, em especial ao nosso estudo, a literatura. A DL 1077/70, juntamente com outras diretrizes legalizaram e instituíram o regime de exceção especificamente as publicações, a censura a Cassandra Rios e Adelaide Carrara é um exemplo forte, mulheres, escritoras que tinham uma visão plena e crítica da sociedade dentro do contexto histórico nada favorável, não se entregaram, suas obras eram em sua essência um ato de rebeldia, de inquietação, de resistência.

A nossa busca por suas obras dentro das bibliotecas dos campi da UFRPE, nos faz ver a triste realidade que nos persegue e entristece, ainda existe ecos de permanências e pouco caso com literatura, não disponibilizando as obras dessas autoras nas bibliotecas.

Partindo da premissa que a censura se justifica para preservação e execução do poder, restringindo ao máximo os movimentos contrários. Afastando a atenção para assuntos aleatórios como família, comunismo e sexualidade, para agradar a parcela consideráveis e influentes da sociedade e assim se mantendo no poder. A censura nesse caso tornou-se um plano de governo para justificar a perpetuação do comando do estado.

As bibliotecas dos campi são por excelência um reduto de aprendizado e detentora de saberes variáveis, tendo sempre uma coleção que possa atender a demandas das pessoas que as procuram. Como somos uma instituição de ensino, extensão e pesquisa, é justificável temos na coleção e patrimônio da universidade algo de tão valioso para pesquisa e compreensão do homem dentro do seu contexto histórico e relevância dos conceitos de relação de gênero, entre outros saberes.

Os ecos da ditadura militar nas bibliotecas da UFRPE foram percebidos, estão sendo registrados e não calados. Para que esses crimes contra a humanidade não volte a repetir, busquemos voz, saberes, representatividade. Daremos vozes, construiremos desses saberes e conquistaremos representatividade na singularidade do homem comum.

História dos esquecidos, ou dos que procuraram apagar?

## REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11077.htm) Acesso em: 27/02/2022.

CALDAS, Waldenyr. **A literatura da cultura de massa: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa Editora, 2001.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711-2001)**. Editora escrituras, 2002.

VIEIRA, Rosângela de Lima (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)** Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FAGUNDES, C. de L.C. **Censura e Liberdade de Expressão**. São Paulo; Editau, 1975.

Fernando Lima, Trip Editora e Propaganda SA. Tpm. Trip Editora e Propaganda SA; 2001. ISSN 15194035. p. 11.

LIMA, Kelly Pereira de. **Onde estão os livros censurados? : ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca**. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação). Departamento Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense. 2016.

LEWIS, A.M. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Questioning library neutrality: essays from progressive librarian**. Duluth, MI: Library Juice Press, 2008. p. 1-4. Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/15071/1/Questioning\\_Library\\_Neutrality\\_Intro.pdf](http://eprints.rclis.org/15071/1/Questioning_Library_Neutrality_Intro.pdf)>. Acesso em: 20/02/2022. 2016

LONDERO, Rodolfo Rorato. **Pornografia e Censura: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o sistema literário brasileiro nos anos 1970**. E-book Kindele. Editora Eduel. 2016

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

NADER, Wladyr. **Adelaide Carraro, uma mulher de dois milhões de exemplares vendidos**. Escrita - revista mensal de literatura. São Paulo: Vertente Editora Ltda., ano II, n. 18, 1977, p.03 - 09. Entrevista concedida à Wladyr Nader.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978**. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PEREIRA, Ana Gabriela P. **Escritas excessivas: disposições de lesbianidades na narrativa “As traças”, de Cassandra Rios**. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2013.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e Resistência censura a livros na ditadura militar**. São Paulo. Editora EDUSP, 2011.

SHARP, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura Sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

TRACERA, Amanda. **Além do “não”: a literatura feminina no Brasil durante os anos de ditadura** #SemanaDosLivrosBanidos. Revista Pólen. Acesso em: <https://revistapolen.com/alem-do-nao-a-literatura-feminina-no-brasil-durante-os-anos-de-ditadura/>. Em 25/02/2022.

VIEIRA, A. F. (2019). **A literatura de Adelaide Carraro entre “verdade” e ficção (1963-1993)**. Em *Perspectiva*, 5(1), 09-24. Recuperado de <http://periodicos.ufc.br/emperspectiva/article/view/41654>. Em 27/02/2022.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. **Meninas más, mulheres nuas: Adelaide Carraro e Cassandra Rios no panorama literário brasileiro**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

Biblioteca Central Professor Mário Coelho de Andrade Lima

Disponível em: <http://www.sib.ufrpe.br/biblioteca-central>.

Data de acesso: 10/05/2022.

Biblioteca Setorial Manuel Correia de Andrade

Disponível em: <http://www.sib.ufrpe.br/biblioteca-setorial-manuel-correia-de-andrade>

Data de acesso: 10/05/2022.

Biblioteca Professor Roldão de Siqueira Fontes – CODAI

Disponível em: <http://www.sib.ufrpe.br/biblioteca-codai>

Data de acesso: 10/05/2022

Biblioteca Esmeraldina Pereira da Silva – UACSA

Disponível em: <http://www.sib.ufrpe.br/biblioteca-uacsa>

Data de acesso: 10/05/2022

Biblioteca Vanete Almeida – UAST

Disponível em: <http://www.sib.ufrpe.br/biblioteca-uast>

Data de acesso: 10/05/2022.

**Anexo 1:** Normas da Revista *História em revista* – Revista do núcleo de documentação Histórica, UFPel; Pelotas/RS

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/about/submissions#onlineSubmissions>

### **Diretrizes para Autores**

A seleção dos artigos para publicação toma como referência sua contribuição ao conhecimento histórico, dentro da linha editorial da revista. Também são fundamentais a originalidade do tema ou do tratamento dado ao assunto, a consistência e o rigor da abordagem teórica e a qualidade do texto.

As submissões devem obedecer às seguintes normas:

**Título:** Em língua portuguesa ou língua espanhola, com versão para a língua inglesa.

**Autoria:** Nome completo, trazendo, em nota de rodapé referências (instituição de origem, programa de pós-graduação a que está ligado e e-mail para contato).

**Resumo e palavras-chaves:** Times New Roman, 10, espaço simples. O resumo deve ter, no máximo, com 10 linhas; palavras-chaves, de 3 a 6. Devem constar entre a autoria e o início do texto. Resenhas não necessitam de resumo e palavras-chave.

**Abstract e key words:** Devem seguir as mesmas normas do item anterior e constar logo após o resumo e palavras-chave.

**Idiomas:** A *História em Revista* publica artigos em português, espanhol e inglês.

**Extensão do texto:** O corpo do artigo deve ter de 15 a 25 páginas, fonte Times New Roman, 12, espaço 1,5; e as resenhas, 5 a 8 páginas, fonte Times New Roman, 12, espaço 1,5.

**Citações:** As citações com mais de três linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto. Citações com mais de três linhas devem ser recuadas, sem aspas e espaço 10, com recuo esquerdo (2,0). As referências das mesmas devem constar no corpo do texto (e não em nota de rodapé ou nota de fim), entre parênteses, no modelo autor-data, indicando

sobrenome do autor, data de publicação e páginas citadas (por exemplo: **LONER, 2001, p. 330**).

**Notas de rodapé:** Quando necessárias, devem ter apenas caráter explicativo e/ou aditivo. Devem ser numeradas sequencialmente em espaço simples, Times New Roman, 9. Caso nas notas de rodapé houver referências bibliográficas, estas devem seguir o modelo autor-data.

**Tabelas:** No caso de utilização de tabelas, elas devem ser digitadas seguindo a formatação de *Tabela* do *Word*.

**Imagens:** Devem ser enviadas já inseridas no corpo do texto ou, caso seja necessário, em arquivo separado, em formato JPEG ou TIF. Se inseridas em arquivo separado, as imagens devem ser numeradas e no corpo do texto devem ser indicados os locais de sua inserção.

**Referências bibliográficas:** Respeitando as regras correntes da ABNT, devem vir ao final do texto em ordem alfabética do autor.

**Aprovação dos originais:** Os textos enviados à *História em Revista* serão apreciados, sem constar o nome do autor, pelo Conselho Editorial e por dois pareceristas convidados. Quando houver discordância, o artigo será encaminhado para um terceiro avaliador.

**Restrições:** O material enviado à *História em Revista* deve ser inédito no país e estar conforme as normas editoriais. Os dados e conceitos são de exclusiva responsabilidade do autor.

**Direitos autorais:** O envio de artigo ou resenha para o (s) endereço (s) de e-mail da Revista caracteriza cessão de direitos autorais para a publicação do mesmo em *História em Revista*.

**Forma de Envio:** Os arquivos, em formato “.doc” ou “.docx “, devem ser enviados para o email: [ndh.ufpel@gmail.com](mailto:ndh.ufpel@gmail.com)

## **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita no país, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando necessário.
4. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em DIRETRIZES PARA AUTORES, na seção Sobre a Revista.
5. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em ASSEGURANDO A AVALIAÇÃO CEGA POR PARES.

## **Declaração de Direito Autoral**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

1. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a LICENÇA CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
2. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
3. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

## **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.